

VANTAGENS PESSOAIS E VANTAGENS DE CARREIRA: DIREITO ADQUIRIDO – SITUAÇÃO OBJETIVA CONSOLIDADA

*PROFESSIONAL CAREER ADVANTAGES AND PERSONAL ADVANTAGES:
ACQUIRED RIGHT – CONSOLIDATED OBJECTIVE SITUATION*

CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO

Professor Emérito da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
DOI: [<https://doi.org/10.48143/rdai.32>].

ÁREAS DO DIREITO: Administrativo; Trabalho

SUMÁRIO: Consulta. Parecer.

CONSULTA

Consultam-nos¹⁻² os promotores recém-ingressados no ministério público se têm direito às vantagens concedidas pelas Leis 6.043, de 20.01.1961, e 6.800, de 26.04.1962.

-
1. Como citar este artigo | *How to cite this article*: BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Vantagens pessoais e vantagens de carreira: Direito adquirido – situação objetiva consolidada. *Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura*, São Paulo, v. 9, n. 32, p. 421-434. jan.-mar. 2025. DOI: [<https://doi.org/10.48143/rdai.32>].
 2. Artigo originalmente publicado na *Revista de Direito Público*, São Paulo, ano IV, v. 18, p. 106-115, out.-dez. 1971. A transcrição deste artigo foi realizada por João Paulo Pessoa.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORAL INÉDITA

1. TEMAS

- 1.1. A RDAI – *Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura*, periódico trimestral, da Editora Revista dos Tribunais, torna pública a chamada permanente de artigos, pareceres, comentários jurisprudenciais e legislativos com a seguinte aderência temática:

Direito Administrativo. Teoria geral do Direito Público. Teoria geral do Direito Administrativo. Funções estatais. Regime jurídico administrativo. Princípios da Administração Pública. Organização administrativa. Administração indireta. Agentes públicos. Servidores públicos. Regulamentos. Atos administrativos. Processo administrativo. Licitação e contratos administrativos. Obrigações administrativas. Receitas públicas. Despesa pública. Dívida pública. Consórcios públicos. Intervenção do Estado no domínio econômico e social. Fomento administrativo. Terceiro setor. Antitruste. Poder de polícia, regulação e ordenação administrativa. Normas sanitárias. Desapropriação e intervenção do Estado na propriedade. Bens públicos. Controle da Administração. Administração Pública em Juízo. Tribunal de Contas. Discricionariedade. Responsabilidade do Estado. Meio ambiente. Meio urbano. Instrumentos de

política urbana. Direito da Infraestrutura. Teoria geral da infraestrutura. Energia. Transportes públicos. Rodovias, ferrovias, aeroportos, portos. Saneamento básico. Recursos minerais. Petróleo, gás natural, pré-sal. Telecomunicações. Correios e telégrafos. Saúde e educação. Serviço público e obras públicas. Concessão, permissão e autorização de serviço público. Organização dos Estado e dos Poderes. Teoria dos direitos fundamentais e atuação estatal.

- 1.2. A publicação ocorrerá em duplo formato: impresso e digital.
- 1.3. É possível o envio de comentários jurisprudenciais, resenhas de livros e pareceres, os quais ficam dispensados da observância das regras indicadas no item 2.3, pois não serão submetidos à revisão por pares.
- 1.4. Devem ser informadas as situações que constituam caso de conflito de interesses, conforme indicado na Linha Editorial da RDAI.

2. NORMAS DE PUBLICAÇÃO

- 2.1. Formatação exigida para os artigos
- (a) Tamanho do papel: A4.
- (b) Tamanho do texto: mínimo de 15 e máximo de 30 laudas (cada lauda deve ter

2.100 caracteres sem espaços, incluindo notas de rodapé e bibliografia), com exceção dos comentários jurisprudenciais e legislativos, que poderão contar com um número de laudas inferior ao mínimo estabelecido.

(c) Margens: superior e inferior de 2,0 cm, esquerda e direita de 3,0 cm.

(d) Alinhamento: justificado.

(e) Fonte: Times New Roman, normal, com tamanho 12 para título, corpo de texto, citações e sumário e tamanho 10 para notas de rodapé (não utilizar notas de fim).

(f) Espaçamento entre linhas: 1,5.

(g) Destaques: em itálico. Jamais deve ser usado o negrito ou o sublinhado.

(h) Citações: entre aspas – quando ultrapassar três linhas, usar recuo de 4 cm (nesse caso, não usar aspas). Caso haja destaque em citação, indicar “grifo nosso” se for do autor do artigo e “grifo do autor” se for do autor citado (original).

(i) Título do artigo em português e em inglês (*keywords*).

(j) Lista de cinco palavras-chave em português e suas correspondentes em inglês.

(k) Resumo do artigo em português e em inglês com, no máximo, 750 caracteres (sem espaços).

2.2. Dados de identificação do(s) autor(es) em folha de rosto:

(a) Nome, RG, CPF, titulação que deseja ver publicada no artigo e profissão.

É essencial a informação sobre o título de pós-graduação (área de conhecimento e instituição onde ele foi obtido) e a instituição a que o(s) autor(es) é(são) vinculado(s).

(b) Endereço, telefone e endereço eletrônico do(s) autor(es) do trabalho.

2.3. Os arquivos do artigo e folha de rosto deverão ser separados e nominados de acordo com o título do trabalho. O artigo não deverá ser identificado.

2.4. As contribuições deverão ser enviadas à Comissão Editorial, por *e-mail* (aval.artigo@thomsonreuters.com). No campo “Assunto”, deve-se escrever: “Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura”.

2.5. Os artigos deverão seguir as regras da ABNT, mas não se deve usar o sistema de citação autor-data.

2.6. Somente material inédito no Brasil será analisado pela Comissão Editorial que, eventualmente, poderá devolver o trabalho ao(s) autor(es) com sugestões de adequações. Aceitam-se textos em português, inglês, francês, alemão, espanhol e italiano.

2.7. A publicação na *RDAI* implica a aceitação das condições da *Cessão de Direitos Autorais de Colaboração Autoral Inédita e Termo de Responsabilidade*, que será encaminhada ao(s) autor(es) com o aceite.

2.8. Como contrapartida pela *Cessão de Direitos Autorais*, o(s) autor(es) receberá(ão) um exemplar da *RDAI*.

PUBLICATION GUIDELINES FOR AUTHORS TO SUBMIT UNPUBLISHED ARTICLES

1. THEMES

- 1.1. *RDAI – Journal of Administrative Law and Infrastructure*, is published quarterly by Thomson Reuters/Revista dos Tribunais. Submissions are *accepted* on an *ongoing basis* in the form of articles, opinions and jurisprudential or legislative comments, which adhere to the following thematic tracks:

Administrative Law. General Theory of Public Law. General Theory of Administrative Law. The Duties of the State. Legal and Administrative System. Principles of the Public Administration. Administrative Organization. Indirect Administration. Public Agents. Civil Servants. Guidelines. Administrative Acts. Administrative Proceedings. Bidding and Administrative Contracts. Administrative Obligations. Public Revenue. Public Expenditure. Public Debt. Public Consortiums. State Intervention in the social-economic domain. Administrative Fostering. Third Sector. Antitrust. Administrative Organization, Regulation and Police power. Sanitation Guidelines. Eminent Domain and Condemnation and State intervention in private property. Public Assets. Control over the Administration. Claims against the Public Administration (State). Court of Audits (US-equivalent: Government Accountability Office). Discretionary

acts. Responsibility of the State. Environment. Urban Environment. Urban policy instruments. Infrastructure Law. General Theory of Infrastructure. Energy. Public Transportation. Roads, railroads, airports, ports. Basic sanitation. Mineral resources. Oil, natural gas, pre-salt. Telecommunications. Mail and Telegraph. Health and education. Public service and public construction work. Concessions, permits and authorizations for public service. Organization of the State and of the Powers. Theory of the fundamental rights and state action.

- 1.2. *RDAI* will be published in print and online (at *Revista dos Tribunais Online* – www.revistadostribunais.com.br).
- 1.3. Jurisprudential comments, book reviews and opinions can be sent and are not subject to the rules in item 2.3 below, since these works are not submitted to peer review.
- 1.4. Situations which constitute a conflict of interest as set forth in *RDAI* Editorial Line should be promptly informed.

2. PUBLICATION GUIDELINES

- 2.1. Text format requirements:
- (a) Paper size: A4;
 - (b) Text length: minimum 10 and maximum 60 pages. Each page must

- contain 2,100 characters without spaces, including footnotes and bibliographical notes. Jurisprudential and Legislative Comments do not need to meet the minimum-of-10-page requirement and may be shorter.
- (c) Margins: top and lower: 2.0 cm; left and right: 3.0 cm;
- (d) Text alignment: justified;
- (e) Font: Times New Roman; size 12 for the title, body, citations and abstract; size 10 for footnotes (do not use end notes);
- (f) Line spacing: 1.5;
- (g) Emphasis: use italics (do not use bold nor underlined);
- (h) Citations: between quotation marks; no indentation;
- (i) Article title: written in Portuguese and in English;
- (j) Keywords: list of 5 keywords in Portuguese and their translation in the English language
- (k) Abstract: written in Portuguese and in English. Maximum 750 characters without spaces.
- 2.2.** Authors identification must be presented on a cover page:
- (a) Name, number of the identification document, tax-payer identification number, academic title to be published in the article and profession. It is of paramount importance to provide complete information about the academic title (i.e., knowledge area and the institution at which the title was obtained) and the institution to which the author(s) is (are) connected.
- (b) Complete work address, including phone number and electronic mail of the author(s).
- 2.3.** The article and the cover page must be sent in separate files and these files must be named with the article title. The article itself must not be identified.
- 2.4.** Submissions must be sent to the Editorial Board, by e-mail to aval.artigo@thomsonreuters.com. The field "subject" must contain: Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura.
- 2.5.** Articles must be written in accordance to ABNT's (Brazilian Association of Technical Guidelines) rules and guidelines. Do not use the author-date citation system.
- 2.6.** Only new, unpublished material in Brazil will be analyzed by the Editorial Board, which might return the paper to the author(s) with suggestions for adjustments. RDAI accepts articles originally written in Portuguese, English, French, German, Spanish and Italian.
- 2.7.** Publishing an article in RDAI implies acceptance of the conditions under the Copyright Transfer Agreement for Unpublished Articles, and the Terms of Responsibility, both of which will be sent to the author(s) upon acceptance of the paper for publication.
- 2.8.** Author(s) will receive one copy of RDAI in print as compensation for the Copyright Transfer.
-

Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais – RDB

Coord.: Armando Luiz Rovai,
Ilene Patrícia de Noronha Najjarian
e Maria Eugênia Reis Finkelstein
Periodicidade: trimestral

Revista de Direito e as Novas Tecnologias – RDTec

Disponível somente na versão
Thomson Reuters ProView
Coord.: Bruno Feigelson, Christiano Xavier
e Tayná dos Passos Carneiro
Periodicidade: trimestral

Revista de Direito Tributário Contemporâneo – RDTC

Coord.: Paulo de Barros Carvalho
Periodicidade: trimestral

Revista de Direito e Medicina – RDM

Disponível somente na versão
Thomson Reuters ProView
Coord.: Arruda Alvim (*in memoriam*),
Thereza Alvim, Antônio Carlos Lopes,
Oswaldo Duek, Carolina Alves de Souza Lima
e Cecília Mello
Periodicidade: semestral

Revista de Direito Imobiliário – RDI

Coord.: Ivan Jacopetti do Lago
e Jéverson Luís Bottega
Periodicidade: semestral

Revista de Processo Comparado – RPC

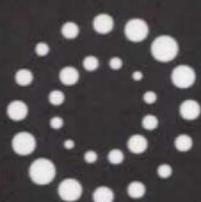
Journal of Comparative Procedural Law
Diretor: Luiz Guilherme Marinoni
Periodicidade: semestral

Revista de Análise Econômica do Direito – RAED

Disponível somente na versão
Thomson Reuters ProView
Coord.: Luiz Fux, Erik Navarro Wolkart
e Anderson de Paiva Gabriel
Periodicidade: semestral

Revista de Direito Societário e M&A – RevM&A

Disponível somente na versão
Thomson Reuters ProView
Coord.: Francisco Antunes Müssnich,
Roberto Quiroga Mosquera
e Ítalo Godinho da Mota Martins
Periodicidade: semestral



**Thomson
Reuters™**

REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO, INFRAESTRUTURA,
REGULAÇÃO E COMPLIANCE

• RDAI 32

ANO 9 • n. 32 • jan./mar. • 2025

*Journal of Administrative Law, Infrastructure,
Regulation and Compliance*

N. 9 • ISSUE 32 • JAN./MAR. • 2025

New legislative proposal for financing infrastructure projects in Brazil: Bill 2,646/2020 • Entre a isenção e a não incidência do ICMS sobre o uso do sistema de compensação de energia elétrica por fonte solar fotovoltaica • Mining and major disasters in Brazil: analysis on social return and environmental risks and infractions • As limitações da inteligência artificial no léxico legislativo: uma proposta de resgate da ciência da legislação • Teoria deôntica da Justiça – Parte II: Justiça na dogmática hermenêutica • Regime jurídico das atividades lotéricas • O regime de reversibilidade dos bens e suas implicações no setor de telecomunicações • Da duração dos contratos na nova Lei de Licitações • A (im)possibilidade de responsabilização de agentes estatais por (não) exercerem o controle de convencionalidade no desempenho de suas funções administrativas • Ponderação e argumentação • Hermann Kantorowicz's concept of law without validity • A actualidade da concessão de serviços públicos • O serviço público como tarefa administrativa • A gestão das infraestruturas • Acceso a la información pública: una manifestación de la buena administración • O Estado empregador • Servidores públicos • Vantagens pessoais e vantagens de carreira: Direito adquirido – Situação objetiva consolidada.

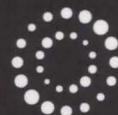
ISSN 2526-8120

ISBN 978-65-260-1084-6



9 786526 010846

Ajude-nos a melhorar
cada vez mais nossos
produtos, acesse o
QR Code e responda
nossa pesquisa!



**Thomson
Reuters™**